

PUBLICIDADE LEGAL

▪ NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. ▪

CNPJ nº 30.613.290/0001-00 - NIRE 353.005.172-11

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19 de Dezembro de 2022

No dia 19/12/2022, às 09:00 horas, na sede social da **NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Presença:** Presente o acionista representando 97,99% do capital social votante. **Deliberações:** Pela unanimidade de votos dos presentes, e sem ressalvas, ratificar o Grupamento à razão de 39.001 ações ordinárias e das ações preferenciais classe A então existentes para formar 1 nova ação da mesma espécie e classe, conforme previamente aprovado na AGE 17.10.2022 (sem qualquer efeito sobre as ações preferenciais classe B). Desta forma, após o Grupamento, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 23.287 ações ordinárias, 817 ações preferenciais classe A e 24.104 ações preferenciais classe B. Pela unanimidade de votos dos presentes, e sem ressalvas, ratificar que ficará disponível na Companhia os valores correspondentes ao Grupamento das ações dos acionistas que não tinham o cadastro atualizado junto ao escriturador, até o prazo prescricional estabelecido no art. 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76. Pela unanimidade de votos dos presentes, e sem ressalvas, ratificar o Resgate da totalidade das ações preferenciais classe B de emissão da Companhia, conforme previsto no Artigo Quinto, Parágrafo Quinto, do Estatuto Social (sem qualquer efeito sobre as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A). Desta forma, após o Grupamento e o Resgate, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 23.287 ações ordinárias e 817 ações preferenciais classe A. Pela unanimidade de votos dos presentes, e sem ressalvas, aprova o cancelamento das 132 ações ordinárias e 13 (treze) ações preferenciais classe A atualmente mantidas em tesouraria (após o Grupamento), sem redução do capital social (Ações em Tesouraria). Desta forma, após o Grupamento, o Resgate e o cancelamento das Ações em Tesouraria, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 23.155 ações ordinárias e 804 ações preferenciais classe A. Pela unanimidade de votos dos presentes, e sem ressalvas, autorizar a administração da Companhia a providenciar o encerramento da escrituração das ações emitidas pela Companhia e o encerramento do respectivo contrato de prestação de serviços de escrituração junto ao escriturador da Companhia. Desta forma, mediante o efetivo encerramento da escrituração, a titularidade das ações da Companhia passará a ser lavrada em livro próprio, assim como todas as transferências entre os acionistas da Companhia e/ou terceiros. Pela unanimidade de votos dos presentes, e sem ressalvas, homologar o capital social da Companhia, em decorrência (i) do aumento de capital social da Companhia aprovado em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 09/09/2022, às 9:00h e homologado previamente na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 7/10/2022, às 09:00h, (ii) do Grupamento, (iii) do Resgate, (iv) do cancelamento das Ações em Tesouraria e (v) do término da escrituração das ações emitidas pela Companhia, pelo que o Artigo Quinto do Estatuto Social da Companhia passar a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo Quinto.** O capital social da Companhia, *totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 771.843.057,14, dividido em 23.959 ações nominativas, sem valor nominal, sendo (a) 23.155 ações ordinárias e (b) 804 ações preferenciais classe A (Ações Preferenciais Classe A”), todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro.* A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo.** Cada Ação Preferencial Classe A confere ao seu titular o direito a voto restrito, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Sociedade; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; e (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia. **Parágrafo Terceiro.** As Ações Preferenciais Classe A emitidas pela Companhia asseguram as seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia e/ou terceiros. Pela unanimidade de votos dos presentes, e sem ressalvas, homologar o capital social da Companhia, em decorrência (i) do aumento de capital social da Companhia aprovado em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 09/09/2022, às 9:00h e homologado previamente na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 7/10/2022, às 09:00h, (ii) do Grupamento, (iii) do Resgate, (iv) do cancelamento das Ações em Tesouraria e (v) do término da escrituração das ações emitidas pela Companhia, pelo que o Artigo Quinto do Estatuto Social da Companhia passar a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo Quinto.** O capital social da Companhia, *totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 771.843.057,14, dividido em 23.959 ações nominativas, sem valor nominal, sendo (a) 23.155 ações ordinárias e (b) 804 ações preferenciais classe A (Ações Preferenciais Classe A”), todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro.* A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo.** Cada Ação Preferencial Classe A confere ao seu titular o direito a voto restrito, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Sociedade; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; e (f) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia. **Parágrafo Terceiro.** As Ações Preferenciais Classe A emitidas pela Companhia asseguram aos seus titulares as seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; e (b) participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias. **Parágrafo Quarto.** Além das preferências e vantagens acima indicadas, a Assembleia Geral que deliberar a emissão de Ações Preferenciais Classe A poderá atribuir preferências e vantagens adicionais. **Parágrafo Quinto.** A Companhia poderá adquirir as próprias ações, mediante aprovação dos acionistas representando a maioria da capital social, a fim de cancelá-las, ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação. **Renata Cruz Simon** - Secretária. JUCESP nº 696.739/22-7 em 22/12/2022. Gisela Siemeia Ceschin - Secretária Geral. Estatuto Social da NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJME: nº 30.613.290/0001-00 - NIRE: 353.005.172-11. **Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração.** **Artigo Primeiro.** A NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. é uma sociedade por ações que rege-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo.** A Companhia tem sede e fora na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 4º andar, parte, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. **Artigo Terceiro.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior **“holding”.** **Artigo Quarto.** A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital.** **Artigo Quinto.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 771.843.057,14 (setecentos e setenta e um milhões, oitocentos e quarenta e três mil, cinquenta e sete reais e quatorze centavos), dividido em dividido em 23.959 (vinte e três mil, novecentas e cinquenta e uma) ações nominativas, sem valor nominal, sendo (a) 23.155 (vinte e três mil, cento e cinquenta e cinco) ações ordinárias; e (b) e 804 (oitocentas e quatro ações preferenciais classe A (Ações Preferenciais Classe A”), todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo.** Cada Ação Preferencial Classe A confere ao seu titular o direito a voto restrito, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Sociedade; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; e (f) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia. **Parágrafo Terceiro.** As Ações Preferenciais Classe A emitidas pela Companhia asseguram aos seus titulares as seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; e (b) participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias. **Parágrafo Quarto.** Além das preferências e vantagens acima indicadas, a Assembleia Geral que deliberar a emissão de Ações Preferenciais Classe A poderá atribuir preferências e vantagens adicionais. **Parágrafo Quinto.** A Companhia poderá adquirir as próprias ações, mediante aprovação dos acionistas representando a maioria da capital social, a fim de cancelá-las, ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação. **Capítulo III - Da Assembleia Geral.** **Artigo Sexto.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Parágrafo Segundo.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV - Da Administração.** **Artigo Sétimo.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 1 (um) e no máximo 10 (dez) membros, todos com a designação de diretores, que serão eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, residentes no país, acionistas ou não. O(s) Diretor(es) terá(ão) prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, considerando-se ao o período compreendido entre as Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em cada exercício, sendo permitida a reeleição. Vendido o mandato, o(s) diretor(es) continuará(ão) no exercício de seu(s) cargo(s), até a posse do(s) novo(s) eleito(s). **Parágrafo Primeiro.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo.** A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo Oitavo.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e a posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo Nono.** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante o Poder Judiciário, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo Décimo.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações “ad iudicia”, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo Único.** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avisos, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo Décimo Primeiro.** Compete à diretoria supervisionar o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V - Conselho Fiscal.** **Artigo Décimo Segundo.** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI - Disposições Gerais.** **Artigo Décimo Terceiro.** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo Décimo Quarto.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo Décimo Quinto.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanço intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo Décimo Sexto.** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo Décimo Sétimo.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo Décimo Oitavo.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo VII - Alienação do Controle da Companhia.** **Artigo Décimo Nono.** Para fins deste Capítulo VII, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados: “Acionista Controlador” significa o acionista ou o grupo de acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia. “Acionista Controlador Aliante” significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação do Controle da Companhia. “Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia. “Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle. “Comprador” significa aquele para quem o Acionista Controlador Aliante transfere o Poder de Controle da Companhia. “Poder de Controle” ou “Controle” significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante. **Artigo Vigésimo.** A Alienação do Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Comprador se obrigue a adquirir as ações ordinárias e Ações Preferenciais Classe A dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário aquele dado ao Acionista Controlador Aliante. **Artigo Vigésimo Primeiro.** O direito de venda conjunta referido no artigo anterior também deverá ser observado: I. nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou II, em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia. **Artigo Vigésimo Segundo.** Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a observar o direito de venda conjunta referido no Artigo Vigésimo deste Estatuto Social.

LUME SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA.
ABANDONO DE EMPREGO

O senhor **Guilherme Pereira Almeida** portador da CTPS 04138533/04860/SP, tendo V. Sª deixado de comparecer ao trabalho desde o dia 17/11/2022 sem apresentar qualquer justificativa, vimos pela presente cientificá-lo, nos termos do disposto no artigo 482, letra I, da CLT, que lhe fica consignado o prazo de 02 dias, a contar da publicação deste, para que reinicie suas atividades ou justifique, devidamente, no mesmo prazo, o motivo que impede seu comparecimento. Caso contrário, consideraremos sua atitude como ato de renúncia do cargo, ficando V.Sª demitido por abandono do emprego, na forma do dispositivo citado na Consolidação das Leis de Trabalho.

LUME SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA.
Rua Capitão José Inocêncio Taques Alvim, 109 - Santo Amaro - São Paulo/SP

LUME SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA.
ABANDONO DE EMPREGO

A senhora **Thalita da Silva Alencar** portador da CTPS 05347810/08829/SP, tendo V. Sª deixado de comparecer ao trabalho desde o dia 21/11/2022 sem apresentar qualquer justificativa, vimos pela presente cientificá-lo, nos termos do disposto no artigo 482, letra I, da CLT, que lhe fica consignado o prazo de 02 dias, a contar da publicação deste, para que reinicie suas atividades ou justifique, devidamente, no mesmo prazo, o motivo que impede seu comparecimento. Caso contrário, consideraremos sua atitude como ato de renúncia do cargo, ficando V.Sª demitido por abandono do emprego, na forma do dispositivo citado na Consolidação das Leis de Trabalho.

LUME SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA.
Rua Capitão José Inocêncio Taques Alvim, 109 - Santo Amaro - São Paulo/SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

LICITAÇÃO NÃO DIFFERENCIADA
EDITAL Nº 07/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 54.715/2022

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE CORREIO ELETRÔNICO CORPORATIVO EM NUVEM NO MODELO SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE), COM ATENDIMENTO E SUPORTE TÉCNICO, SERVIÇO DE BACKUP, ANTISPAM, ANTIVÍRUS E SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO INSTANTÂNEA.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 19/01/2023 às 9:30 horas

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R\$ 0,33 (trinta e três centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 474 de 28 de dezembro de 2021.

Limeira, 06 de janeiro de 2023

Departamento de Gestão de Suprimentos

LEILÃO DE VEÍCULOS ONLINE

AGORA VOCÊ COMPRE SEU VEÍCULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGÓCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSO AGORA: www.mesquitaileilos.com.br, CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!

DIAS, 11/01/2023 E 12/01/2023 ÀS 13h30

46 VEÍCULOS: VEÍCULOS PROVENIENTES DE SEGURADORAS, BANCOS, EMPRESAS E RECETA FEDERAL

LOCAL DO LEILÃO: AVENIDA ANTÔNIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP

KATIA ALVES SOARES - LEILOEIRA OFICIAL JUCESP 1093

NÚMEROS DOS CHASSIS
EW228451; LB510452; MA003400; KM011351; 4A63658; MJ224784; A017818; K4A75567; H813236; S530652; CL128070; GCF21111; G0N49528; CA715506; T202530; KS006462; CBA16657; F2A01724; CG500513; E0G77267; BW020701; W087660; EA273340; GBO32863; B026663; J891958; W267967; FB148683; AZ105952; B521161; 8819767; H8418228; P012881; J317703; KB128274; S546305; DB327840; MB7279694; DJ532356; 4Z135800; EC451104; CA015615; LB083831; AJ282523; FH021555; 5A493200;

CONDIÇÕES
OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIAS. DÉBITOS DE IPVA MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRÍVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATÁLOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 1093. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. AVENIDA ANTÔNIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP TEL.: (11) 5990-3165. (CATÁLOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE).

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.

PROCESSO Nº 1003790-64.2016.8.26.0082

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara, do Foro de Botliva, Estado de São Paulo, Dr(a). **HELOISA HELENA FRANCHI NOGUEIRA LUCAS**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **HAROLDO CLAUDIO MARSCHNER HAGER**, Brasileiro, EMPRESARIO(A), CPF 396.833.898-72, pai Hugo Otto Hager, mãe Edith Juliana Marschner Hager, Nascido/Nascida 05/03/1949, natural de São Paulo - SP, com endereço à Avenida Caminho do Mar, 3549, 2º andar, apto. 6, Rudge Ramos, CEP 09611-000, São Bernardo do Campo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitoria por parte de America Expert Coporation, alegando em síntese: ser credora da quantia especificada na peça inicial em virtude de inadimplemento de obrigações derivadas de contrato celebrado pelas parte no exterior. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Botliva, aos 14 de dezembro de 2022.

Qual a diferença entre a subvariante XBB e a XBB.1.5 ?

As variantes mudam de nome de acordo com as alterações adicionais que vão desenvolvendo, como a transmissibilidade, ou mudanças em pontos-chaves que fazem com que o vírus escape da resposta imunológica ou do uso de anticorpos no tratamento. A Organização Mundial da Saúde afirmou por meio do diretor geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, que a XBB.1.5 já foi encontrada em mais de 25 países.

“A XBB.1.5, uma recombinação das sublinhagens BA.2,

não há mudanças significativas com a nova subvariante, segundo o virologista. Ele explica que o vírus se adaptou para ficar no trato respiratório alto, e não no pulmão, que leva à pneumonia, como era o caso da versão anterior à Omicron.

“O medo é que surja uma nova variante que seja ‘muito boa’ de transmitir e também desça para o trato respiratório com facilidade. Isso ainda não aconteceu”, afirma.

No mês de novembro, o Brasil negociou com a Pfizer 34

Tarcísio troca nome de festival e cita Rock in Rio em SP

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), citou por engano o festival Rock in Rio durante uma entrevista coletiva, quinta-feira, ao falar sobre futuras parcerias em eventos com a Prefeitura de São Paulo. Ele esteve reunido com o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), para discutir projetos realizados em conjunto, como as ações previstas para a Cracolândia.

“(Falamos sobre) Cooperação que precisa ter para o início do ano letivo até a cooperação para grandes eventos como Rock in Rio, Fórmula 1”, disse Tarcísio. O governador, que é

mas negou “desalinhamento” com Derrite. “A gente está falando a mesma coisa. A gente vai tocar o projeto, tem gerado repercussões positivas, tem trazido concepção de segurança para segmentos mais vulneráveis dentro da sociedade, não vamos alterar nada. Ao longo do tempo vamos observar e reavaliar. Vou rever todas as políticas públicas dentro de uma lógica de eficiência.”

Nota - O Ministério dos Direitos Humanos do governo Lula emitiu nota em que se diz “preocupado” com a declaração de Derrite. “O sucesso dessa política demonstrado pela ciência faz com que ela não apenas tenha que ser reforçada e ampliada, mas também que seja estendida a todas as unidades da Federação”, afirmou a pasta. Questionado sobre a nota do ministério, Tarcísio disse que o governo não vai fazer “nada que coloque em risco a vida das pessoas”.

Em relação à Cracolândia, Tarcísio declarou que vai convidar diversos órgãos e entidades para tratar da questão, em um esforço conjunto com governo do Estado, Prefeitura, Ministério Público, Tribunal de Contas e o Conselho Regional de Medicina.

Tarifa na SuperVia, no Rio: Castro promete subsídio para barrar trem a R\$ 7,40

O governador do Rio, Cláudio Castro (PL), disse ontem, 6, que o preço da tarifa de trem no Rio, operados pela concessionária privada SuperVia, não vai saltar de R\$ 5 para R\$ 7,40, como homologado no mês passado pelo conselho diretor da agência estadual que regula esse tipo de serviço (Agetransp). De acordo com o governador, será instituída uma “tarifa social ferroviária” para manter o mesmo valor aos passageiros que utilizam o Bilhete Único nos serviços públicos de transporte. Na prática, Castro promete subsidiar a diferença

O contrato de concessão entre o governo do Estado e a SuperVia, que administra os trens no Grande Rio, prevê reajuste

(R\$ 7,40)”, declarou em nota a agência reguladora.

Governador promete subsídio - Em sua conta no Twitter, Cláudio Castro afirmou que o preço seguirá o mesmo para os usuários.

“A passagem dos trens vai continuar em R\$ 5 o ano inteiro! Vou implementar a Tarifa Social ferroviária nesse mês e os usuários do Bilhete Único, aqueles que mais precisam, serão beneficiados com o desconto”, escreveu. “O povo do RJ não tem condições de arcar com o aumento, mesmo que previsto anualmente. O governo do Rio honra os contratos, mas também zela pela população. Sigo cobrando da concessionária mais qualidade no serviço enquanto

Lula proíbe entrada de celulares na primeira reunião com ministros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva proibiu a entrada de celulares na primeira reunião geral do novo governo com os ministros. Os telefones foram recolhidos nesta sexta-feira, dia 6, na entrada da Sala Suprema, no segundo andar do Palácio do Planalto. A prática costuma ser usada por autoridades para evitar vazamento de informações. No Planalto há escaninhos de madeira em

permanente. O presidente não usa telefone celular próprio e recorre aos assessores mais próximos para conversar. No início do primeiro governo, em 2003, a Presidência da República acionou bloqueadores de sinal de telefones celulares, em encontros do presidentes com ministros e governadores na Granja do Torto. Aparelhos foram instalados nas salas de reunião.

Karnal assume casamento de quatro anos com cantor

Leandro Karnal, de 59 anos, assumiu um relacionamento com o influenciador e cantor Vitor Fadul em uma publicação nas redes sociais ontem, 6. Casados, o historiador revelou que eles estão juntos há quatro anos.

“Entre na segunda semana da viagem de férias com meu marido, Vitor Fadul. O amor é um dom e uma conquista. Entra-

mos no quarto ano de vida em comum”, escreveu ele no Instagram.

O professor ainda disse que não falou antes sobre o assunto por não sentir necessidade de expor sua vida pessoal. “Porém, parece haver um momento em que não declarar pode parecer concordância com preconceitos”, completou ele.

